

A Universidade de portas abertas: o ingresso de grupos minoritários na pós-graduação¹

Renata Nascimento da Silva²

Resumo:

O presente artigo busca refletir sobre o papel dos cursos preparatórios criados pelos alunos cotistas nos programas de pós-graduação em Comunicação Social. Os cursos têm o objetivo de auxiliar a entrada de grupos sub-representados aos programas de pós-graduação, ocasionando uma reflexão sobre como saber é operado e estruturado na sociedade civil. Sabe-se que o acesso à educação para os grupos não brancos foi historicamente construído, conquistado e permeado de rompimentos, contradições e incoerência, as quais coexistem até hoje. Portanto, neste contexto em que grupos minoritários estão em busca de autonomia através da produção de novos saberes (conhecimento) e da descolonização dos modos de ser, ver, e existir, faz-se necessária a abordagem teórica de Achille Mbembe e Muniz Sodré, entre outros.

Palavras-chave: cotas raciais; educação; universidade; minorias

Introdução

(...) a base teórica sob a qual a escola foi construída se apoia na ideia de uma indiferença às diferenças, ou seja, a escola se pensa como única e universal para todos. Ou seja, se a escola deve ser indiferente aos territórios, às origens, à cultura das famílias é o princípio da indiferença ao outro que está na raiz dessa instituição. (ABRAMOWICZ e GOMES, 2010, P.8).

O trecho acima se refere ao texto de apresentação da obra “Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas”, que mostra como a diversidade (inclusão) se tornou uma política pública na educação. A educação, constituída como um sistema único e universal que visa incluir todas as diferenças em uma vivência universal, e a escola, como as demais instituições de ensino, colocaram em evidência ao longo do tempo que a ideia do “único e universal” é uma construção tanto teórica (discursos e práticas) quanto política, que assujeita determinados corpos à sobreposição de valores de uns sobre outros, de acordo com as relações de forças postas nos contextos sociais e políticos.

¹ Trabalho apresentado na GP Comunicação para a Cidadania do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Curso de Comunicação Social da UERJ-PPGCOM: renascsilva1@gmail.com.br

Qual história é a contada na escola; quem são os heróis; quais costumes são os preservados; quais as epistemologias construídas. A educação é um campo de poder que no decurso do tempo reforçou a visão entre o ‘visível’ e o ‘invisível’; entre o “eu” e o “outro” – aquele que precisa passar por um processo de apreensão que lhe dissipe entropicamente (devolver às origens) a sua estrutura, para que possa ingressar no mundo ‘real’.

A construção do “outro”, no sentido de “corpo social”, dentro da esfera político-social, também passa por enxergar o pensamento, a cultura e o comportamento como fantasias (ficcional) sem lógica e sem uma forma *doxa* a ser guardada ou vista como modos de ser, ver e existir que não condizem com o “real”. Viveiros de Castro (2015), ao tratar do pensamento ameríndio aponta que o modo pelo qual exprimimos nossos conceitos sobre a estrutura ‘do outro’ faz com que imponhamos nosso mundo sobre os demais. Ou seja, para que enxerguemos o outro ou para que o outro possa habitar o nosso mundo, ele precisa passar por uma transformação, no sentido de transformá-lo em “eu mesmo”, o que em certa medida acontece no campo educacional.

É neste contexto de “tradução”, transformação do ‘outro’ em ‘eu’, que pretendemos refletir o papel dos cursos preparatórios do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF) e da Escola de Comunicação do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), pois compreendemos que para pensarmos uma educação inclusiva (diversificada) precisamos descolonizar o nosso saber, o nosso olhar e a nossa ideia do que é mérito. Informamos que se trata de uma pesquisa em andamento de doutorado no programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cuja finalidade é refletir sobre a presença dos corpos minoritários dentro do ensino superior, área de saber e formação de pesquisadores que multiplicam o conhecimento.

O artigo se constitui a partir de relatos de voluntários e ex-alunos que participaram do curso em 2018. A iniciativa foi formulada pelos próprios alunos de pós-graduação que perceberam a necessidade de aumentar a presença desses corpos dentro da universidade e de manter viva a luta pelas cotas (as ações afirmativas).

A aprovação da lei das cotas evidenciou a falsa simetria entre os grupos raciais. O fato de a educação não ser uma instituição isolada do sistema social, mas um elemento dentro de uma rede complexa, ajudou a criar a ideia da humanidade universal (da experiência comum). Isso fez com que os negros, no contexto colonial brasileiro,

buscassem se assemelhar aos “dominados”, acreditando que deste modo estariam aptos a cidadania e aos direitos civis.

Assim, a expectativa deste artigo é que tenhamos novos questionamentos sobre a presença de corpos minoritários dentro da universidade pública, e que vejamos o quanto iniciativas como estas, construídas dentro do escopo acadêmico, são fundamentais ao processo de integração da sociedade civil com o poder público, na compreensão das estratégias que corpos não brancos precisam fazer uso para adentrar em alguns espaços e como a ideia da meritocracia pode levar a distorções sociais.

Racismo e Meritocracia

Para Azevedo (1897), o racismo do século passado não foi um elemento onipresente na espécie humana nem uma distorção encoberta pelas cópulas desenfreadas entre as raças, mas uma construção ideológica decorrente de conjunturas históricas, nas quais interesses materiais de classes dominantes encontraram no racismo uma justificativa à inferiorização de milhares de pessoas. Na visão de Guimarães (1999, p. 67), o racismo brasileiro qualifica-se como: “um racismo sem intenção, às vezes, de brincadeira, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos”.

Esse preconceito racial sutil e “sem intenção” deriva de questões históricas e culturais da democracia racial. O mito da democracia racial, que persiste até hoje nas falas de alguns representantes da sociedade civil, parece esconder o que não deve ser visto e legitimar supostos privilégios por parte dos que temem perdê-los. Segundo Souza (2015), foi Gilberto Freyre quem sistematizou de modo convincente, a ponto de ganhar os corações e mentes dos brasileiros, a ideia do mito racial, a partir da exaltação da mestiçagem. O conceito popularizado por ele, em 1933, deriva da sua obra “Casa Grande Senzala”, cuja finalidade era mostrar que todas as raças poderiam viver em harmonia no Brasil. Embora Freyre jamais tenha usado esse termo em seu trabalho, ele passou a adotá-lo em publicações posteriores, e suas teorias abriram caminho para outros estudiosos popularizarem a ideia.

O mito da democracia racial tem por argumento central a noção de que a mestiçagem como “elo” comum entre os brasileiros ajudou a produzir a ideia de que no Brasil todas as raças convivem em perfeita harmonia, visto que “Todo brasileiro, mesmo

o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e/ou do negro.” (FREYRE, 2013, p. 307). Assim, a base científica freyriana fez da mestiçagem uma questão de ordem geral e positiva, de maneira a defender que o racismo no Brasil seria mais brando devido à mestiçagem.

Em contrapartida, Florestan Fernandes (1978), por meio de pesquisa encomendada pela UNESCO, mostrou que o jargão da “democracia racial” encobria um racismo invisível e uma hierarquia arraigados na intimidade de uma sociedade cujos membros “de cor”, mesmo longo tempo após a abolição, ainda não a integravam efetivamente. Evidências apontadas pela pesquisa revelaram que a “democracia racial” carecia de consistência, não passando de um mito cruel que exaltava uma “falsa consciência” de integração, a fim de ignorar o drama real do racismo.

O pensamento racial brasileiro integra dois sistemas antagônicos – o de raça e o de classe. A junção se mostrou bastante perversa. Por si só, conforme os ditames da classe dominante, o sistema de classe distingue os sujeitos. O sistema de raça separa os sujeitos a partir da cor da pele, segundo o formulado pelos grupos detentores do poder – nesse caso, os brancos. Em vista desse cenário, aos negros, que sempre tiveram na cor a marca da sua inferioridade, nada restou, senão o seu rebaixamento. De outra forma, a compilação dos dois sistemas como pensamento racial parecia acenar em direção à ascensão social e fez crer ao negro que lhe cabia superar a marginalidade social e alcançar o “respeito” da sociedade. Os instrumentos econômicos e políticos capazes de torná-lo um cidadão respeitável o capacitariam e o dignificariam a não mais sofrer práticas racistas.

Na análise de Neusa Santos (1993), o projeto de ascensão social vem a ser o passaporte de acesso ao “mundo” no qual o negro é respeitado e tratado com dignidade. É importante ressaltar que a ascensão pretendida deve obedecer aos ditames capitalistas da meritocracia, talento e capacidade de ação individual. Qualquer conquista obtida através de políticas de igualdade social, a exemplo das cotas raciais, merece ser encarada de forma depreciativa e ilegítima. A convergência desses elementos se apresenta ao negro como uma solução ao racismo mediada pela conquista financeira. A retórica da ascendência social, atualmente adotada, quer convencê-lo da não existência do racismo fenotípico e tentar persuadi-lo de que o preconceito racial é uma questão de classe. Um pensamento como esse, fragmenta-lhe a identidade, mina o orgulho por sua história e desmantela a solidariedade de todo o grupo.

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. (SOUSA, 1993, p. 23)

O racismo se organiza em funções simbólicas (valorativas e estratificadas). A violência racista submetida ao negro persiste ao longo do tempo e lhe imprime consequências indelévels – abalo identitário, culpa e inferioridade, negação do corpo e de sua história, profunda desvalorização, angústia, silenciamento. Adjetivar adequadamente o impacto do discurso do ódio racial revela-se tarefa triste e amarga. O tripé formulador do pensamento racial contemporâneo – meritocracia, “democracia racial” e classe - à medida que sustenta as relações raciais no Brasil estrutura um novo discurso racista elaborado em torno da negação do racismo fenotípico e da exaltação à meritocracia.

Segundo Barbosa (2006), “(...) o termo meritocracia refere-se a uma das mais importantes ideologias e ao principal critério de hierarquização social das sociedades modernas, o qual permeia todas as dimensões de nossa vida social no âmbito do espaço público” (BARBOSA, 2006, p. 21).

Para Bobbio (1998), meritocracia, que teria sido formulada nas sociedades industriais, se entende como o poder da inteligência e das funções do intelecto, em substituição ao poder baseado no nascimento e na riqueza. De acordo com essa definição, os méritos dos indivíduos, decorrentes de aptidões intelectuais, constituiriam a base indispensável do poder das classes dirigentes; dessa forma, desapareceria o princípio de que as posições sociais seriam atribuídas por privilégio, passando a imperar a capacidade individual do sujeito.

A professora da Universidade Federal Fluminense, Livia Barbosa (2006), em sua obra “Igualdade e Meritocracia”, afirma que o termo meritocrático constitui um conjunto de valores que rejeita toda e qualquer forma de privilégio hereditário. Poderíamos defini-lo, em termos ideológicos, como conjunto de valores que postula as posições dos indivíduos na sociedade enquanto consequência do mérito de cada um. Ou seja, o reconhecimento público da qualidade das realizações individuais. (BARBOSA, 2006, p.22)

A meritocracia brasileira surge nas discussões políticas e sociais com a aparência de um consenso que busca igualdade, pois avalia as pessoas por suas trajetórias, biografias

e méritos independentemente dos privilégios que carregam. No entanto, ao não atribuir importância a variáveis sociais e ao valorizar os méritos e assim formar consenso, também se reveste de discrepância ao não levar em conta a desigualdade histórica, social e natural em seu discurso, levantando questões acerca de filosofia do direito, de filosofia política e de justiça social (BARBOSA, 2006).

Segundo Muniz Sodré (2015), os argumentos meritocráticos dos intelectuais que se baseiam no mérito individual têm o objetivo de preservar a distribuição interna de base:

O mérito individual não é uma variável independente dos mecanismos de reprodução da lógica patrimonialista, aliás, perfeitamente afinada com a forma social escravagista. A pele clara sempre foi e continua a ser uma vantagem patrimonialista na hierarquia dinâmica das classes sociais brasileiras. (SODRÉ, 2015, p. 348)

Assim, o individualismo meritocrático, no interior de uma sociedade de segregação racial de natureza escravagista, que atualmente cedeu lugar ao racismo institucional, torna-se problemático, pois a orientação para o poder, a riqueza, o reconhecimento social e a ambição é uma estratégia competitiva nas relações intergrupais e pode acarretar maior desigualdade, exaltação à competição e à “normatização” dos indivíduos.

A aplicação da “normatização” pertencente ao discurso meritocrático num espaço racialista e classista apresenta-se como um risco àquelas cujas representações sociais e culturais são vistas de forma depreciativa, dado que a conduta e a atitude a serem assimiladas são pertencentes ao grupo dominante, não só do ponto de vista estético, mas também cultural e educacional. Neste sentido, a estratégia de igualdade, em certa medida, deve ser vista atentamente, pois envolve em alguns casos a adaptação da minoria³ à maioria e, por vezes, justifica o direito de mando e a relação de poder de um grupo sobre outro.

Ao tentarmos ‘educar’ o outro para os nossos costumes, corrigindo suas “falhas”, estaríamos impondo ao ‘outro’ que ele operasse em acordo às nossas regras, cultura e hierarquias. Assim era posto pelo Estado colonial. Num quadro governamental reprodutor de formas de saber específicas (a ciência colonial), o Estado operava os nativos, por meio de uma política de assimilação baseada numa experiência de mundo pretensamente comum a todos os seres humanos. Ou melhor, numa concepção de humanidade universal

³ Neste contexto estamos chamando de minoria os grupos sociais que lutam contra a imposição dos valores hegemônicos dentro da sociedade civil - os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas e os antineoliberalistas (SODRÉ, 2013).

fundada e associada aos que definiam essa ideia determinada de humanidade (o ser humano com base no domínio da linguagem e da razão).

Nem esse mundo comum a todos os seres humanos nem essa semelhança seriam, no entanto, dadas de antemão ao nativo. Ele ainda teria de ser convertido. Sua educação seria a condição para que fosse percebido e reconhecido como nosso semelhante e para que sua humanidade deixasse de ser irrepresentável e inapreensível. Nessas condições, o assimilado seria um indivíduo pleno e não um súdito dos costumes. Poderia deter direitos e usufruí-los, não em virtude de seu pertencimento a um grupo étnico, mas devido ao seu estatuto de sujeito autônomo, capaz de pensar por si mesmo e de exercer esta faculdade precipuamente humana que é a razão. (MBEMBE, 2018, P.158)

Neste contexto, torna-se evidente que não estamos tratando de uma educação *stricto sensu*. Na verdade, são modos de saber operados no intuito de construir um quadro fundamentalmente desigual e hierarquizado. Neste, os não brancos, inseridos nessa política de assimilação que categorizava as diferenças em “nativo” – o bárbaro/ o não correto – eram levados a ver suas diferenças como algo a ser “retirado” da sua essência. Desse modo, esses indivíduos seriam ‘convertidos’ e ‘educados’ conforme o espaço da modernidade, ou seja, tornar-se-iam aptos a cidadania e gozo dos direitos civis.

Ao mesmo tempo, porém, em que estamos falando de modo de operação de saber o qual condicionou alguns grupos sociais, faz-se necessário pensarmos como essa operação atuou no decorrer da história ocidental. Conforme Marco Aurélio Nogueira (2004), a universidade a Idade Média passou a ter a função de “produzir e transmitir conhecimento, acumular e disseminar pensamento crítico, formar outras pessoas, jovens, sobretudo, como cidadãos profissionais e lideranças intelectuais.” Entretanto, este espaço não é uma instituição isolada, mas um ‘lugar’ atravessado por determinações históricas, sociais e econômicas que atuam, conforme o momento histórico. Portanto, a despeito da autonomia para exercer suas funções, a universidade está inserida dentro de uma dinâmica social maior.

As cotas e as universidades

Nos últimos anos, as universidades foram convidadas a abrir suas portas para os negros, índios e trans, por meio da política de cotas que trouxe uma ampliação significativa na academia. A chegada das minorias tornou a academia mais heterogênea

e diversificada, passando a vigorar a urgência de uma harmonia com o “outro”; por conseguinte, novas pesquisas foram realizadas, o antes observado tornou-se pesquisado, e o(s) objeto(s) passou (passaram) a ser questionado(s) por meio de outras epistemologias.

As cotas corrigiram o erro de invisibilidade aos índios e negros dentro da universidade, falta que ignoramos por longos anos. A presença das “minorias”, neste ambiente, é uma forma de começar a pensar pela “potencialidade e pela possibilidade de um ‘e’ (...)” (HALL,2013, P. 383), o que significa que o “nosso” pensamento precisa se articular com “o outro” pensamento, para podermos sair de uma lógica de oposição binária. Essa lógica evidencia as relações de poder, pois revela os embates construídos no intuito de manter as estruturas fixas. Ao mesmo tempo, nos mostra que a manutenção de uma ordem vigente (poder) não é estável nem tampouco é uma questão de vitória ou dominação, mas um jogo no qual são escolhidos quem e o quê podem “ser vistos ou não”; quais as configurações e disposições que neste momento interessam ao poder. Em certa medida, a mudança tem a ver com o asseguramento do poder, uma estratégia capaz de assegurar privilégios já determinados e de deslocar as disposições de poder sem mexer na estrutura.

Portanto, a função dos cursos preparatórios junto às cotas é assegurar que haja uma movimentação das estruturas de poder com o ingresso das pessoas “provenientes” de grupos minoritário nas universidades públicas. Desde 2017, duas universidades públicas (PPGCOM-UFF/2017 e ECO-PÓS/2018), por iniciativa de alunos⁴, se propuseram a ajudar candidatos cotistas a ingressarem no sistema de pós-graduação, realizando cursos preparatórios. Os projetos preparavam os candidatos ao processo seletivo, por meio de leitura do edital, de aulas focadas na bibliografia da prova, e preparação do pré-projeto. Ou seja, o curso “traduzia” (decodificava) aos alunos como funcionava o sistema de ensino superior no qual desejavam ingressar e o que eles deveriam fazer para obter uma vaga.

De origens culturais e socioeconômicas variadas, nem sempre condizentes com o formato de conhecimento chancelado pela academia, os candidatos presentes encontravam-se dispostos a se adequar à lógica de avaliação construída pelas instituições. Concorriam pelo sistema de cotas, mas teriam que passar por uma prova, por análise de projeto e por uma entrevista. Ou seja, seriam avaliados dentro de uma política de

⁴ Os alunos que incentivaram o projeto contavam com auxílio de pós-docs que trabalham na instituição de ensino.

conhecimento que, construída ao longo de um contexto histórico e cultural específico, traduz as relações de poder hegemônicas a ser codificadas/decodificadas pelos indivíduos desejosos de ingressar naquele espaço.

Relatos

As duas atuações nos cursos preparatórios dos programas de pós-graduação em Comunicação realizados pela UFF-PPGCOM e ECO-UFRJ que traduzem lembranças, vivência e experiência sobre o processo de educação. Todos os relatos trazem em comum a dimensão extremamente importante do afeto, durante o curso; a ser colocada como o estado de espírito no qual tanto os candidatos quanto os voluntários foram afetados em seu momento de individualidade – uma troca que deixou marcas.

Dentre as falas, temos o relato de um candidato à vaga de pós-graduação e de um voluntário. A intenção é colocar em análise as falas do candidato (que seria o aluno do curso preparatório) e o do voluntário (o professor), tanto suas posições diferentes no mesmo espaço, quanto seus sentimentos comuns. Mostrar como as reuniões acontecem, como as trocas são efetuadas e como se dá a inserção de estratégias dos candidatos para entrar na pós-graduação. Cabe assinalar aqui que os dois entrevistados se apresentam como negros e que possuem trajetórias distintas dentro da vida acadêmica.

O candidato-aluno participou dos dois cursos preparatórios UFF-PPGCOM e ECO-PÓS. À época que decidiu prestar o processo seletivo, procurou os cursos preparatórios oferecidos pelos coletivos negros, porque “(...) não tinha como pagar o curso, tem um curso particular que é preparatório para o mestrado, e eu não tinha condições para pagar e aí que eu não sabia por onde começar a estudar (...)”. Naquele momento, ele estava afastada há muito da universidade e não sabia como “(...) montar o projeto e eu nem sabia como era a prova. Enfim... eu sabia que era discursiva, mas não sabia como era a arquitetura da prova e o que era pedido (...)”. Esse tipo de dificuldade a levou a procurar os coletivos negros que já conhecia “(...) primeiro o curso da UFF, eu lembro que lá existiam alguns grupos de movimento negro e que frequentavam algumas palestras (...) no momento que recebi o convite do curso aceitei e fui pro encontro (...)”

Percepção do candidato “(...) eu fui ao encontro, o que foi maravilhoso assim... a receptividade é o primeiro sentimento. A gente tem afeto e conforto. Você ouve tanto que é difícil, que precisa estar preparada que passa a acreditar que aquilo é impossível, mas

chegando lá você vê que não é impossível, digamos assim.” De acordo com ela, a metodologia do curso torna o processo seletivo mais palatável “há uma conversa explicando como é que funciona o processo seletivo desde o edital, como é a metodologia de seleção e a prova... no caso da UFF começa pela construção do projeto. (...) Ali aprendi que nesse movimento de falar da negritude nem sempre você pode usar todas as palavras. Eu me lembro muito bem de um dos professores falando assim: ‘Você não pode usar a palavra resistência.’ Então, é para que seja evitado. Existe um padrão de comportamento para você que é cotista, ser aceito. É como se você tivesse que se revestir, sabe?! (Frantz) Fan “Pele Negras e Mascaras Brancas” é como se você tivesse que usar uma máscara branca para poder entrar na universidade; como se a gente não pudesse questionar a universidade, e aí, você fala o que a ela (a universidade) espera que você fale. E, neste curso, aprendi a falar o que quero de uma maneira suave.

A fala dele suscita algumas ponderações: a primeira aborda a importância do afeto durante o processo informacional. A presença do afeto diz respeito à expressividade e à interação humana, o que por muito tempo foi separado da corporeidade humana. O fato de encontrar afeto neste “momento difícil” marcou sua relação com o curso, a ponto de torná-lo mais acessível, mesmo em condições adversas, pois ela se depara com outros indivíduos na mesma condição. A segunda ponderação presente no relato remete à instrução do não uso da palavra “resistência”, o que nos mostra a linguagem como dispositivo de poder capaz de manter estruturas hierárquicas através de silenciamento e mascaramento de determinadas palavras.

Conforme o relato, podemos perceber o curso preparatório como uma espécie de “tradutor” do campo acadêmico para a sociedade civil (o candidato), apresentando assim um modus operandi da universidade pública brasileira para os futuros estudantes. O curso torna-se um canal entre aqueles dois elementos, pois liga o interesse da academia ao desejo do candidato que precisa, a partir do que lhe é ensinado pelos voluntários, elaborar uma narrativa (o projeto) que embaralhe as fronteiras entre a experiência (empírica) e a o conhecimento científico.

Essa relação torna-se evidente quando observamos o relato do voluntário, que é doutorando de Comunicação do PPGCOM-UFF, que trabalha deste a primeira edição do curso e descreveu a experiência na forma de um embaralhamento da fronteira entre os que agem e os que olham, ou seja, uma troca entre os voluntários e os candidatos por meio do compartilhamento de projetos, conforme trecho abaixo:

(...) eu achei muito interessante porque existia um apoio do ponto de vista acadêmico em relação aos candidatos. De olhar os projetos deles, de compartilhar os nossos projetos pessoais com eles, de passar algumas dicas de escritas durante a aula e tal..., mas a questão central é o apoio mesmo que passamos para eles. É um apoio de acreditar em si mesmo... meio esse tipo de coisa, sabe!? Esse tipo de coisa meio que de levantar a autoestima mesmo (...)

Por meio da narrativa, percebemos que este encontro transfere aos voluntários e candidatos a ideia de um corpo coletivo, de um momento da vida que todos passaram como uma experiência, na qual não era o saber (o conhecimento do voluntário) nem o desejo do candidato que importava, mas a reconfiguração do papel da educação, a horizontalidade do conhecimento. Era a reconfiguração, aqui e agora, entre a ideia do aluno e a do professor, o saber científico e o saber empírico.

Compreender essa ruptura realizada entre esses dois mundos ajuda a entender a construção de igualdade e semelhança entre os sujeitos que leva os voluntários a passar “dicas” como meio de reduzir a distância entre os intelectuais (avaliadores) e os alunos.

(...) assim a gente dá umas dicas em relação às palavras que podem ser controversas e isso pode ser visto pela banca ou por quem vai ler o projeto de uma forma mais complicada esse tipo é sei lá... preconceito, troca, racismo... especificamente estou usando preconceito, mas tô dando um exemplo aqui que são nuances, claro, da ordem do conteúdo que vai ser apresentado nos projetos porque também nem todas as pessoas vão pesquisar só essa questão do racismo né... mas isso tem uma ressonância na própria postura que a pessoa vai tendo na entrevista.

O relato de vai ao encontro do vivenciado pelo candidato, que também apresentou a mesma experiência sobre a importância na ponderação de palavras empregadas em questões ligadas ao campo racial. Segundo Thompson (1999), ideologia e linguagem se interligam. O uso figurativo da linguagem como, por exemplo, o eufemismo, pode ser uma maneira eficaz de mobilizar e fortalecer discursos hegemônicos, em consequência de seu poder de velar relações de domínio.

No voluntário, notamos que as dicas não se restringem apenas ao campo semântico, mas à conduta do candidato, durante a entrevista:

quando a gente vai discutir essa questão é legal, talvez, dar uma amenizada porque, ah..., porque é banca. É composta na maioria por pessoas brancas; aí, tem algumas pessoas que já tavam (sic) no programa, que relataram mesmo né que o que aconteceu com elas em relação tanto ao conteúdo mas na própria entrevista; assim, não que tenha acontecido coisas grandes, né; mas que é importante a gente se

dar conta que isso atravessa os olhares e que vai se fazer presente nas conversas e em todas as relações que vão se estabelecer ali, né.

Principalmente porque por mais que, na verdade, seja assim; por mais que o programa seja um programa até muito acolhedor nesse sentido - foi um dos primeiros de cotas e tudo mais - isso ainda incide sobre os corpos. E o fato disso incidir, faz com que as pessoas se sintam um pouco mais inseguras né..., então, tu é um ciclo na verdade uma vida dupla né...

Ao entrar dentro deste ambiente, espera-se que o candidato domine certo status quo, o qual os voluntários buscam passar e que vai deste a escolha das palavras à formação da banca e de como abordar os assuntos conforme. Além dessas dicas que observamos no relato, também notamos o orgulho em fazer parte de um projeto dentro de uma instituição⁵ que criou cotas para transgênero, transsexuais e travestis.

o cursinho preparatório é um lugar que a gente discute todas essas questões e que através dela, pode fazer com que a pessoa se sinta um pouco mais segura e que se aproprie daquele espaço que num é tão para alguns e não é tão comum pro pessoal. As pessoas que estão prestando doutorado possuem um pouco mais de familiaridade porque já passaram pelo mestrado é um pouco mais tranquilo né..., mas, ainda sim, tem uma certa insegurança. Todos temos né independente da questão racial..., mas a gente sabe que isso incide mais sobre os corpos negros né. Então é isso, eu acho que acaba sendo um espaço que a gente pode discutir isso mais abertamente num patamar muito de igual pra igual. Assim, também, em nenhum momento tem uma coisa de que estamos aqui e vocês não, muito pelo contrário né. Se estamos aqui porque vocês também podem entrar e é muito legal, assim (...)

O olhar deles nos mostra como ações sociais são importantes no entendimento das estruturas que permeiam as instituições e como são importantes também ao serem passadas àqueles que desejam fazer parte deste espaço. A lei de cotas foi fundamental para a entrada de corpos não negros dentro do espaço acadêmico, contudo fazemos notar que outras políticas públicas precisam ser implantadas para que o trabalho decorrente das cotas não se acabe e, até melhor, se multiplique pela sociedade. A partir da entrada dos cotistas, os cursos preparatórios voltados para os negros e demais grupos foram instituídos nestas universidades, as quais tiveram a gentileza de abraçar as ideias de seus alunos oferecendo-lhes o espaço de discussão.

⁵ Matéria sobre as vagas criadas para transgênero, transsexuais e travestis no curso de comunicação na UFF. link: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2018/06/20/pela-primeira-vez-uff-cria-vaga-para-transgenero-transsexuais-e-travestis-em-curso-de-pos-graduacao/>

Considerações Finais

No Brasil, racismo é fenômeno de vasta complexidade. Enxergam-no na órbita do campo individual, apenas; ignoram-no como sistema de opressão socialmente estruturado. Os indivíduos creem que tudo se resume a ofensas e xingamentos, práticas humilhantes transmutadas em brincadeiras. Os debates em torno do tema sempre incidem na refutação individual da negação do racismo, na afirmação da igualdade entre os grupos sociais e na desqualificação da vítima. Dessa forma, impedem que se enxergue o racismo como um sistema de opressão que nega direitos a determinados grupos, enquanto confere privilégios a outros.

No entanto, o fenômeno racial estrutura todas as relações sociais. Analisar as estruturas sociais é fundamental para que possamos criar uma compreensão de como atuam os modos operantes do racismo, se foram construídos ao longo da história da sociedade civil, e passados de geração a geração. Configura-se assim a força das instituições; a começar, as universidades públicas, as quais ajudam a construir pensamentos, debater questões de intolerância e formular o que é ética.

Assim, o artigo buscou refletir de que modo, certo preconceito/discriminação camuflado em critério meritocrático ainda reverbera em muitas instâncias sociais e acadêmicas. Este cenário evidencia o papel do sistema de cotas e dos cursos oferecidos para auxiliar esses grupos minoritários no acesso ao ensino superior. A valorização do mérito e da excelência (moderna ocidental) e sua exigência aos cotistas negros inseridos nas universidades, desde as primeiras experiências com ações afirmativas, pode ser observado no meio acadêmico e social, sobretudo, na seleção dos alunos que podem ingressar neste sistema.

A meritocracia ignora as deficiências do Estado em proporcionar de maneira igualitária, gratuita e de qualidade a formação escolar à grande parte da população desprivilegiada socioeconomicamente, bem como aos negros, índios e deficientes no Brasil. A vinculação errônea de que as políticas públicas voltadas para grupos étnicos raciais foram criadas a fim de atender à falta de capacidade intelectual e cognitiva dos negros e indígenas, isenta, ao menos no discurso, a responsabilidade da herança escravagista do Estado.

Também cabe ressaltar que o trabalho através dos relatos dos candidatos aos programas de pós-graduação visou reflexões sobre as formas de conhecimento que circulam (ou não circulam) dentro das universidades públicas e sobre como isso opera dentro de uma

filosofia do “outro” que precisa adquirir certo modo de ser, ver e existir para que possa habitar determinados espaços. Dessa maneira, há a necessidade de uma reflexão sobre poder e saber em torno de: como articular o conhecimento que existe fora dos muros universitários com o modo de pesquisa acadêmico; como criar um comum entre saberes que contrastam entre si (ou que ocupam este espaço), mas que funcionam como instrumentos analíticos para o mundo; como esses saberes podem ser utilizados pelos cotistas no processo de seleção.

Trata-se, portanto, de compreender quais as forças em jogo; como se comportar no processo seletivo; como tornar o sistema mais igualitário para aqueles que não possuem o saber institucionalizado: qual o papel da universidade diante dos universitários cotistas; como articular um sistema de avaliação que permita outras formas de pensar.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Séculos XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Lívia. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARBOSA, Marialva. **Escravos e O Mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita No Século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978. Vol. 1

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Éditions La Découverte, Paris, 2018.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. Comunicação e Cultura das Minorias. In: SOVIK, LIV (org). **A Branquitude e o Estado da Mídia Brasileira: Algumas Anotações com Base em Guerreiros Ramos**. Rio de Janeiro: Paulus, 2005.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. Comunicação e Cultura das Minorias. In: SODRÉ, MUNIZ (org). **Conceito de Minoria**. Rio de Janeiro: Paulus, 2005.

SANTOS, Souza de Boa Ventura. **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2004 (3ª edição).

SCHWACZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**, 1^a ed. - São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. 3^o ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TURRA, C., & Venturi, G. **Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: n-1 edições, 2015.